

Swiggers, P. (1990). Histoire et Historiographie de l'enseignement du français: modèles, objets et analyses. Coste, D. (ed). *Études de Linguistique Appliquée*, n. 78.

Neusa Barbosa Bastos/Dieli Vesaro Palma (orgs.), Beatriz Santana... [et al.], *História Entrelaçada 5: Estudos sobre a linguagem em materiais didáticos – década de 1950*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2012, 349 pp.

Leonardo P. Valverde
Universidade Federal Fluminense
valverde.le@gmail.com
www.leonardoalverde.com

O livro *História Entrelaçada*, em seu quinto volume, é fruto das pesquisas de um grupo (Grupo de Pesquisa Historiográfica da Língua Portuguesa) do IP-PUC/SP; os oito capítulos da obra foram escritos por pesquisadores vinculados ao instituto, professores e especialistas em língua portuguesa, todos lecionando em universidades brasileiras. É um quinto fruto de uma trajetória que começou em 2004, com o primeiro volume de *H.E*, já consolidando, portanto, a divulgação bienal das pesquisas deste grupo (GPeHLP). Sob a organização das professoras-pesquisadoras Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma.

Neste quinto volume, os autores centraram suas pesquisas “sobre a linguagem em materiais didáticos da década de 1950”, selecionando, para tanto, livros publicados entre 1950 e 1960 cujos autores fossem representativos do período nos três níveis escolares: o primário, o ginásio e o colégio (clássico e científico). A pesquisa foi feita sob a pergunta “*Como a investigação dos estudos da linguagem se manifesta nos materiais didáticos, a partir da lei de 1946?*”, donde se estabeleceram análises a partir dos itens: concepções de linguagem e o ensino da língua portuguesa; b) concepções de linguagem subjacentes a propostas pedagógicas: anterior a 1940, até 1950 e 1960. Todas relacionadas aos mais recentes estudos sobre História do Presente, Memória e Historiografia Linguística.

Em relação à metodologia usada pelos pesquisadores, deixam claro que sua pauta fixa-se na Historiografia Linguística de acordo com

Koerner, Swiggers e Altman, donde reiteram uma concepção desta área como “o modo de refletir sobre o saber linguístico produzido, tendo como objetivo descrever/explicar como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto” (p.14), embora adotem “a corrente que for mais adequada ao *corpus* selecionado, dependendo do objeto linguístico sob análise” (p.14), dando ênfase ao que é conhecido como *história do presente*. Os critérios de análise usados pelo grupo para a pesquisa imprimem cientificidade ao trabalho, e trazem até novos princípios para a historiografia do tempo presente.

O livro começa com um capítulo dando as implicações da “História do Presente e historiografia linguística”, em ensaio embasado nos estudiosos da área, para nos colocar cientes do percurso seguido pelos pesquisadores para encontrar seus métodos, análises, e reafirmar com Koerner que “os historiadores da ciência linguística terão de desenvolver seu próprio quadro de trabalho, tanto o metodológico, quanto o filosófico” (p.31). Desta forma, introduzem o livro e o segundo capítulo, o primeiro a entrar especificamente no assunto da pesquisa, contextualizando a década estudada tanto educacionalmente quanto linguisticamente, a partir da legislação e do conceito. No caso, as autoras vão buscar em 1942 e 1946 a legislação educacional vigente da década de 50 para tratar do ensino, de modo geral e de língua portuguesa, e não deixam de abordar as correntes linguísticas da época no Brasil. Os dois primeiros capítulos servem, portanto, para contextualizar todos os capítulos seguintes, já que tratam da teoria e da história de modo geral, sem fazer uso dos materiais didáticos a que se propõem.

A partir do terceiro capítulo, os leitores são convidados a observar diretamente os materiais didáticos e o procedimento teórico-metodológico usado pelos pesquisadores; e já neste capítulo, o ensino primário é abordado segundo o ideário da Escola Nova, sob o parâmetro da *Série de leitura graduada*, de Manuel Bergström Lourenço Filho, coleção de cinco livros adotados à época como “um suporte para as aulas de português”, tanto a leitura, quanto a ampliação lexical, a formação de palavras e a sistematização gramatical são abordados no nível escolar proposto. No quarto capítulo, com base no livro de Aída Costa, *Português para a admissão ao ginásio*, a admissão ao ginásio é abordada, com a reflexão dos autores “sobre como se estabeleceram os movimentos sociais, educacionais e linguísticos, especialmente, de como eles se refletiram na produção didática” (p.85), e confrontam com *Lições práticas de*

Grammatica Portuguesa, de Gaspar Freitas, com o intuito de “estabelecer analogias e distinções” (p. 98). Ambos os capítulos organizados para a primeira fase educacional, com análises de obras importantes para a época.

O capítulo cinco trata das “formas do ensino de língua portuguesa” voltadas para o nível ginasial, utiliza-se, para tanto, o manual de Mansur Guérios, *Português ginasial*, como objeto de investigação historiográfica; o autor do ensaio contextualiza o autor do manual e a época em que foi escrito, com intuito de “identificar e mapear” a prática e o pensamento “a respeito do ensino de língua materna, tendo em vista a constituição de um saber nacional sobre a própria língua e o cidadão que a utiliza” (p.106). Gramática e exercícios do manual são analisados, bem como a concepção de ensino de língua de seu autor. Já no capítulo seis, e ainda em nível ginasial, a análise é feita em cima da obra do autor Enéias Martins de Barros, Volumes I e II do *Coleção Didática do Brasil*; o ensaio verifica a relação do ensino-aprendizagem da época e “como eram ensinadas: a leitura, a produção textual e a análise linguística” (p.128). Com base nos princípios de “imanência e adequação” da HL, as autoras do ensaio fazem um estudo pormenorizado destes dois princípios em cima do material estudado.

Com o capítulo sete, o livro entra em nível específico: o ensino técnico. O que dá ao livro uma completude excelente da educação na época. O autores tratam este ensino com base na obra *Português para o curso técnico*, de José Cretella Júnior; para analisar as “pontes possíveis entre a formação técnica e a global”, contextualizam não apenas o período histórico estudado, mas este “tipo de ensino desde suas origens, no século XVI” (p.149). Leitura, gramática e produção de texto são analisados com base nestes mesmos princípios da HL, imanência e adequação, com uma abordagem minuciosa dos três anos do ensino secundário técnico (também colegial, à época). Excelente introdução para um tipo de capítulo como o oitavo, e último do livro, que aborda este nível de ensino de um modo mais geral, e, portanto, não técnico. As autoras buscam no decreto-lei n. 4.244 de 09 de abril de 1942 (vigente na década de 50), a *Lei orgânica do ensino secundário*, mas também em uma produção didática da época, as “questões formadoras dos sujeitos escolarizados em Língua Portuguesa na segunda metade do século XX” (p.172); com os princípios da HL, apoiados em Koerner, e na descrição e explicação de seu *corpus*, com base em Swiggers, o *espírito* da época é retratado, um quadro do

conteúdo programático dos três anos deste ensino, junto com uma análise do português para cada ano são dados e explicados. Finalizam, assim, um livro que cobre todo o ensino de língua portuguesa e também alguma história da educação da década de 50.

O livro como um todo, escrito de forma técnica, direcionado para estudiosos e/ou simples interessados, aborda de forma excelente tanto a educação da década em questão, com suas obras mais reconhecidas e até suas leis vigentes, quanto nos deixa à vista toda espécie de usos técnico-metodológicos, dentro dos parâmetros da HL, tendo como base os renomados estudiosos no assunto, ótima oportunidade de observarmos análises feitas na prática, tipo de estudo que vem há pouco crescendo na área da linguística brasileira. Os pesquisadores do GPeHLP cumprem de forma excelente, em seu quinto volume, o papel de destacar a Historiografia Linguística, feita no Brasil, não só para o Brasil, mas para além de nossas fronteiras, dando, assim, uma bela contribuição a esta ciência.

María Victoria Navas Sánchez-Élez, *El barranqueño. Un modelo de lenguas en contacto*, Madrid, Editorial Complutense, 2011, 319 pp.

Juan M. Carrasco González
 Universidad de Extremadura
 jcarrasc@unex.es

Se reúnen en este libro 25 trabajos (artículos, comunicaciones a congresos, capítulos), ya publicados o en vías de publicación, salvo dos inéditos, que María Victoria Navas ha ido elaborando desde 1988. Esta prolongada producción barranqueña se basó, fundamentalmente, en los resultados de las entrevistas realizadas a 30 habitantes de Barrancos, escogidos según determinadas variables de sexo, edad y escolarización, mediante un cuestionario cerrado. Las entrevistas se llevaron a cabo en 1988 y 1990, y cada una de ellas se completaba con “una conversación semidirigida de temas relacionados con los intereses de los entrevistados: el trabajo, la familia, las costumbres y los problemas de la comunidad, entre otros” (p. 12). Estoy convencido de que todo el caudal informativo de la conversación semidirigida habrá proporcionado un material mucho más rico que el cuestionario